



Autores:

Marcos Luã Almeida de Freitas

Graduado em História pela Universidade Federal do Ceará, atualmente é mestrando pela Universidade do Estado de Santa Catarina, atuando principalmente nos seguintes temas: América Latina, Movimentos Sociais, Cultura política.



PLURINACIONALISMO COMO DESDOBRAMENTO DA “QUESTÃO INDÍGENA” NA BOLÍVIA

RESUMO:

Este artigo tenta entender o processo histórico de mobilização social que ocorreu durante todo o século XX até os dias atuais, e que ainda está ocorrendo. Esse processo acabou criando um modelo estatal, que a meu ver é intermediário, entre o radicalismo indígena pensado na divisão da Bolívia em diversos estados e nações distintos, e o radicalismo branco/mestiço que tinham um ideal homogeneizador desrespeitando a cultura indígena e priorizando a branca ocidental.

INTRODUÇÃO:

Estudar a América Latina e, sobretudo, os que diferente de nós, falam espanhol, é olhar para os povos latino-americanos e perceber que temos mais em comum do que nos faz crer a nossa europeização e que nós brasileiros fazemos parte desse mundo latino, não somente porque falamos uma língua cuja origem é o latim, mas também porque temos uma história que nos faz sermos povos tão próximos quanto Portugal é da Espanha. Na América Latina temos sim, e isso é inegável, nossas particularidades, nossas culturas, próprias de cada lugar; mas nossa história deixa clara a marca da colonização, da exploração e da política eurocentrista que aqui teve lugar nesses pouco mais de 500 anos de história ibero-indígena-americana, se assim posso dizer.

Desta forma, este trabalho tem o intuito de discutir um processo que ocorre na Bolívia e em outros países da América Latina, em que o protagonista da história é o próprio movimento social (seja ele operário ou camponês). Símbolo atual desse processo é o governo de Evo Morales e a criação de um estado plurinacional que, em teoria, respeita a diversidade cultural e institucionaliza o pluralismo, feito relevante para um país onde os índios e mestiços não eram considerados cidadãos bolivianos até 1952.

Palavras-Chave:

Bolívia, Plurinacionalismo, Katarismo, Revolução Boliviana, Questão Indígena.

Keywords:

Bolivia, Katarism, Bolivian Revolution, Indigenous Issues.

Artigo recebido em:

Setembro de 2012.

Artigo aceito em:

Dezembro de 2012.

ARTIGO ORIGINAL

Essa alteridade entre os indígenas, mestiços e até mesmo entre uma camada de brancos (que entendem que a cultura boliviana se formou pela contribuição de diferentes culturas) se mostra cada vez mais presente no cotidiano do país. Agora as forças sociais populares, percebem como importante, para a construção de uma nova realidade para si, para suas comunidades e para a Bolívia, a afirmação da cultura e do ser indígena.

Não quero dizer que toda essa reafirmação de uma cultura indígena e de uma Bolívia pluricultural (ou plurinacional) se dá de forma natural e que não existem ações deliberadas de fomento desse tipo de pensamento. Porém, é importante deixar claro que esse processo não é só fruto de uma ação de intelectuais progressistas, de lideranças camponesas ou operárias, mas de uma necessidade imposta pelo próprio processo de formação da sociedade boliviana, onde o elemento indígena sempre foi marginalizado pelas elites brancas cujas referências culturais estiveram ligadas à Europa e aos Estados Unidos.

Nas próximas páginas, tento estudar sucintamente o movimento social na Bolívia desde o início do Século XX, principalmente após a revolução de 1952, de forma que seja possível perceber o processo histórico que formou a conjuntura atual construindo um pensamento cuja centralidade do índio e da cultura indígena torna-se, uma força contra as antigas instituições construídas sob o signo do racismo.

Movimentos mineiro e camponês no contexto do século XX

No ano de 1952, na Bolívia, iniciou-se um processo revolucionário liderado pelo partido Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), “*fundado em 1941 por um grupo de professores universitários, jornalistas, advogados, veteranos da Guerra do Chaco e intelectuais*”¹, que possuía o apoio da população pobre e média boliviana; ideologicamente o MNR se mostrava diverso, possuía elementos de vários posicionamentos político-ideológicos, de fascistas à comunistas. Esta revolução duraria pouco mais de 10 anos, quando em 1964, através de um golpe, os militares tomaram novamente o poder e reintroduziram o país num regime ditatorial e direitista.

Este episódio da história recente da Bolívia se mostra importante na construção do entendimento do protagonismo dos movimentos camponês e operário nas mudanças que ocorreram e ocorrem hoje no Estado e na sociedade boliviana. Isso porque a revolução de 1952 foi fruto da organização e atuação desses movimentos na deposição de uma junta militar que defendia as estruturas vigentes que mantinham a maior parte da população à margem da sociedade, semi-escravizada, sem direitos políticos. Em realidade, a atuação desses movimentos remonta de um período anterior a 1952 de forma que é importante citar as lutas ocorridas no período de 1910-1930 e o Congresso Camponês de 1945.

Os movimentos camponeses bolivianos, a partir do Congresso Indígena de 1945 e aproveitando a conjuntura da Revolução de 1952, passaram a se organizar em assembleias e sindicatos camponeses indígenas em prol de reivindicações históricas de conservação e manutenção da

organização comunitária ligada por laços de parentescos (*ayllus*) – paulatinamente atacados pelas políticas fundiárias dos governos – e pela defesa e reafirmação de suas culturas; assim reivindicavam a devolução das terras confiscadas, o fim do serviço militar obrigatório, o fim da servidão semi-feudal dos indígenas nas propriedades rurais (*pongueaje*), a introdução de representação indígena no Congresso Nacional, nas instituições militares, nos governos departamentais e provinciais e o estabelecimento de escolas para a comunidade como afirma TEIXEIRA².

Símbolo das mudanças dos indígenas com relação ao movimento social tradicional foi o katarismo, que surgiu nos anos 1960, de dentro do próprio Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR) (movimento protagonista da revolução de 1952) como posição indígena e indigenista ao sindicalismo oficial que ainda hoje é uma tendência forte na política. É importante deixar claro que o Katarismo não é uma tendência de esquerda ou direita ainda que não se exclua a possibilidade de alianças políticas no campo eleitoral de uma dessas tendências com pessoas e/ou grupos kataristas.

O movimento camponês

Com a derrota para o Paraguai na Guerra do Chaco em 1932, o governo boliviano entrou numa crise de legitimidade, cuja profundidade afetou até mesmo a confiança de setores das Forças Armadas; essa desconfiança causou um aumento dos conflitos entre governo e movimentos sociais que passaram a se organizar mais e aumentaram suas ações em direção a lutas por mudanças no âmbito Estatal e político-social.

A luta sindical, iniciada nos anos 30 a partir do fim da guerra, prosseguiu pela década de 40, nesse período é evidente a tentativa de controle político das mobilizações indígenas, um exemplo claro dessa tentativa foi a organização por parte do presidente Villarroel de um congresso indígena em 1945.

Através da revolução de 1952, instalou-se um governo nacional-progressista, encabeçado pelo MNR, cujo projeto governamental propunha um processo homogeneizador da sociedade que prometia a “libertação dos indígenas” e que implantou mudanças significativas como o voto universal e a reforma agrária, fazendo crescer a esperança dos movimentos sociais.

Por conta da gradual retirada de apoio do movimento operário ao governo, motivada pela guinada à direita do MNR (apesar de seu discurso antiimperialista), pela pressão inflacionária e pelo aumento do desemprego que atingia principalmente os mineiros; o MNR passou a apoiar-se cada vez mais no movimento camponês-indígena através da reforma agrária e da transformação dos sindicatos camponeses em organizações subordinadas ao Ministério de Assuntos Camponeses por via, principalmente, do clientelismo.

Com a retomada do poder pelos militares em 64, o movimento camponês passou a ser cada vez mais ligado ao governo com o fortalecimento do pacto militar-camponês firmado ainda no governo do general Barrientos (MNR). Este pacto previa o respeito dos militares pelas conquistas indígenas (terras, sindicatos e educação) e o apoio indígena às forças armadas contra a esquerda subversiva, de forma que essa aliança servia como um escudo do governo contra as ações operárias, o que causou um

afastamento entre o movimento camponês e o operário.

O movimento mineiro

Dentre os atores do movimento operário na Bolívia, o movimento dos trabalhadores mineiros tem um papel de destaque, isso porque desde o início do século XX este setor operário passou a ter uma organização efetiva tornando-se o grupo politicamente mais bem organizado. Essa organização passou a se concretizar após a crise de 1929 e a subsequente Guerra do Chaco; no momento que a pressão da *rosca* (direita oligárquica ligada à mineração e ao latifúndio) sobre os mineiros passou a ser maior na medida em que a produção de estanho, base da economia boliviana, estava em crise devido à queda dos presos internacionais do minério.

A partir da década de 40 o movimento mineiro viverá um intenso processo de ideologização feita através de pelo menos dois partidos que foram criados à época:

Em 1940, são fundados o Partido de Esquerda Revolucionária (PIR), e o Partido Operário Revolucionário (POR). Enquanto o primeiro alinhava-se numa posição de identificação política com os postulados defendidos, via Internacional Comunista, com o oficialismo soviético hegemônico dos anos 1930, o segundo era, na realidade, uma seção da recentemente criada IV Internacional trotsquista.³

É importante frisar essa influência ideológica porque o afastamento entre movimentos indígena-camponês e operário-mineiro esteve relacionado a essa ideologização do movimento operário que durante a ditadura da década de 60 foi visto como subversivo por sua tendência socialista/comunista. Além disso, o movimento camponês passou a ter pautas cada vez mais étnicas em prol de pautas classistas, o que ajudou a afastar os dois movimentos.

Foi durante os anos 40 que o movimento operário-mineiro tornou-se protagonista das ações que iriam desembocar no 9 de abril de 1952. Isso porque o Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), fundado em 1941, passou a crescer em meio aos trabalhadores, principalmente entre os mineiros, porque tinha em seu programa pontos que defendiam o antiimperialismo, a abolição da estrutura do *pongueaje* do campo, a nacionalização das minas e a reforma agrária.

A partir de 1946, o MNR livra-se dos indivíduos mais fascistas e passa para a oposição. Em 1951 é posto na ilegalidade após a tomada do poder por uma Junta Militar que tinha o objetivo de “defender a democracia do perigo comunista” impedindo que o parlamento escolhesse pelo candidato do MNR Paz Estenssoro, já que a legislação eleitoral definia que caberia ao Congresso a escolha do presidente quando nenhum candidato alcançasse mais de 50% dos votos. A partir desse episódio, as pressões populares aumentaram e os militares se viram forçados a deixar o poder, de forma que o MNR finalmente conseguisse alcançar o governo empossando Paz Estenssoro após os violentos acontecimentos de abril de 1952.

Uma conjunção de fatores históricos e políticos deu aos primeiros meses de 1952 e imediatamente anteriores à revolução um conteúdo extremamente explosivo. O golpe de

Estado tramado pelo MNR e por militares da própria junta de governo em 9 de abril não pode ser visto como o estopim de todo o processo revolucionário boliviano, mas como um incidente que fazia parte de longa cadeia ou processo de crescentes contradições da sociedade.⁴

Com a revolução, surgiu a Central Obrera Boliviana (COB), inserida na problemática de manter os trabalhadores em armas na medida em que a sustentação das conquistas da revolução se daria a partir das milícias de trabalhadores. “Com a COB as reivindicações políticas dos trabalhadores ganharam peso na nova realidade boliviana pós-jornadas de abril de 1952”, exemplo desse novo peso foi a nacionalização das minas em outubro de 1952. Com o posterior aumento das divergências entre movimento social e governo por conta das indenizações às empresas mineradoras que foram expropriadas, da própria crise do minério agora por conta dos subsídios governamentais ao estanho vendido aos Estados Unidos e da reforma agrária que dividia os movimentos sociais, o movimento operário passou a lutar contra o governo.

Os limites do avanço das medidas econômicas de ruptura, marcadas por intensa luta política e ideológica entre os setores reformistas e revolucionários, determinarão por fim os limites da própria revolução. A classe operária, mesmo não tendo logrado dirigir por uma via socialista o processo revolucionário – como almejavam os setores de vanguarda – com sua ação levou as reformas econômicas muito além das perspectivas propostas pelo MNR.⁵

O Katarismo e o Estado Plurinacional

Na década de 70, após a decepção com o pacto militar-camponês e a guinada conservadora do MNR, as organizações indígenas construíram um discurso que dava maior relevância às temáticas próprias, desvinculando-se da temática classista defendida no período anterior. O Movimento Katarista, protagonista dessa mudança, lança em 1973,

(...) o primeiro documento político *Movimiento de Tiwanaku*, em que estão presentes diversos temas históricos e ideológicos, como a reivindicação da cultura índia, as novas condições de exploração do campesino-índio e a criação de um movimento autônomo como o único meio para solucionar seus problemas (...).⁶

Outro documento que revela esse novo pensamento dos movimentos indígenas é o Manifesto do Movimento Índio Tupac Katari (MITKA) de 1978.

Esses manifestos mostram-se documentos importantes para entendermos as concepções dos setores mais preponderantes do movimento indígena. Nesses documentos fica claro o objetivo e as concepções desse novo movimento que tenta se desligar do tradicional movimento classista. A partir desses manifestos conseguimos entender a posição do movimento com relação ao MNR, sua visão de reforma agrária e o descontentamento com a que foi implementada desde 1953 ficando claro o porquê das frustrações com o pacto militar-camponês e com a estrutura política e econômica.

É imperativo citar:

Tampoco creemos en la prédica de aquellos partidos que, diciéndose de izquierda no llegan a admitir al campesinado como gestor de su propio destino. Una organización política para que sea instrumento de liberación de los campesinos tendrá que ser creada, dirigida y sustentada por nosotros mismos. Nuestras organizaciones políticas deberán responder a nuestros valores y a nuestros propios intereses.⁷

Desta forma, o movimento indígena coloca como necessidade primeira, a construção de suas organizações com base em suas próprias concepções, a construção de um partido político próprio. Podemos perceber então que o movimento não dispensa a via eleitoral como forma de luta, mesmo que a ação dos sindicatos não seja relegada, mas sim reforçada.

Após 1978, esse movimento crescerá e criará dois partidos com o intuito de participar das eleições gerais, são eles: Movimento Revolucionário Tupac Katari (MRTK) e Movimento Índio Tupac Katari (MITKA), sendo o primeiro com inclinação para a esquerda tradicional e o segundo mais radical com forte conteúdo étnico e cultural.

A partir de então o movimento indígena figura no cenário político oficial com suas pautas voltadas para os problemas indígenas. Essa influência sobre a política acaba pondo em relevância o debate sobre as nacionalidades/etnias e a concepção da Bolívia enquanto Estado plurinacional. É dentro do movimento indígena que essa concepção de plurinacionalismo é gestada, mais especificamente na moderada (se assim é possível dizer), visto que o MITKA (mais radical), em seu manifesto de 1978, prega a construção de nações índias, e não uma nação em que possam estar índios, brancos e mestiços, já que: “o racismo é da casta dominante branca ou mestiça e que a luta prioritária é contra essa dominação racial”.

A questão nacional é fundamental no pensamento katarista, de forma que duas correntes são facilmente identificáveis nesse embate ideológico dentro do próprio movimento:

De um lado, a vertente que aceita ou reconhece o Estado boliviano, mas questiona sua postura excludente e ainda colonial; reivindica o reconhecimento da identidade étnica e cultural das nações índias e o direito de fazer parte desse Estado, como nação, no contexto da democracia. A proposta dessa vertente política é a estruturação do Estado plurinacional e multicultural. Neste caso, a autodeterminação seria para consolidar as nações índias e posteriormente fazer parte desse Estado plurinacional e multicultural. Este seria o objetivo da resistência cultural e política e trata-se de objetivo de longo prazo. De outro lado, a vertente que reivindica a autodeterminação plena considera que os *aymaras*, os *quéchuas* e outras nações índias deveriam constituir seu próprio Estado. Dessa maneira, poderiam tornar-se livres da opressão do Estado e da nação dominantes. Isto seria concretizado mediante a luta armada. Tratar-se-ia de objetivo de curto prazo.⁸

A introdução de partidos índios em meio a partidos não-índios, no meio político oficial, nos anos 80, acabou por influenciar na incorporação por partidos não-índios das propostas e reivindicações indígenas em seus próprios discursos e/ou nas propostas eleitorais. A década de 90 é símbolo dessa influência, quando os debates foram fomentados pelas reivindicações indígenas e os próprios temas abordados tinham um caráter indigenista. Podemos citar duas propostas de governo apresentadas nas eleições de 1993 e 1997:

A proposta da frente MNR-MRTKL [Movimento Revolucionário Tupac Katari de Libertação] foi publicada no mês de maio de 1993 sob o título de “El Plan de Todos”. O documento explica o rumo da estratégia de governo que a frente pretende implantar no caso de vencer as eleições. Os temas abordados são, entre outros, o caráter multicultural do país, a relevância da comunidade originária, a implantação da democracia pluralista, a implantação da educação bilíngüe e a questão sócio-econômica.⁹

Contra esse processo, o MKN [Movimento Katarista Nacional] propõe o *Modelo Social del Ayllu* que é considerado o meio e a meta da libertação. (...) No modelo, ressalta o documento, o

que orienta a vida da sociedade é a reciprocidade expressa na cooperação econômica e social. Em função disso, a tarefa seria a reconstrução econômica e política dos *Ayllus*, a consolidação e a defesa da organização política e cultural do poder local.¹⁰

O debate da questão indígena se prolonga ainda hoje, no atual estado Plurinacional, criado com a promulgação da nova Constituição política da Bolívia em fevereiro deste ano. Essa mudança no Estado boliviano é fruto de intensas lutas dentro e fora das instituições políticas estatais, e demonstra um avanço no sentido de firmar uma posição de construir uma sociedade não homogeneizada, mas sim heterogênea que consegue manter-se unida.

A percepção do problema indígena é diferente na população índia e na não-índia, tratando-se de um problema de integração nacional e homogeneização cultural para os primeiros e de um problema de exclusão da sociedade por serem diferentes étnica e culturalmente para os segundos.¹¹ Ainda assim, o movimento indígena, nestes anos 2000 muda seu direcionamento para uma posição menos separatista e vai em direção à democracia, lutando pelo plurinacionalismo e multiculturalismo dentro dos marcos de um regime democrático ocidental, porém, com alterações decorrentes da própria influência do movimento indígena na política.

O MOVIMENTO INDÍGENA NO SÉCULO XXI E A NOVA CONSTITUIÇÃO BOLIVIANA

Movimento indígena no século XXI

Com a afirmação definitiva de um pensamento indígena e indigenista na política boliviana do fim da década de 1990, os movimentos indígenas ou movimentos sociais que possuem referências indígenas, começam a ter cada vez mais força no cenário de reivindicações deste início de século XXI.

Nestes primeiros anos, as movimentações de camponeses e operários influenciados por esse pensamento cunhado durante o último terço do século passado, tiveram um papel ímpar nas ações contra o modelo neoliberal implantado desde a década de 1980, que acabou por criar as condições sociais e políticas para uma atuação dos movimentos sociais contra a estrutura do Estado e da sociedade.

Podemos entender essa reação contra o modelo neoliberal e as mudanças que desembocaram no Estado plurinacional a partir de pelo menos dois eventos, a “Guerra da Água” e a “Guerra do Gás”. Esses eventos foram uma mistura de um pensamento indigenista sobre a exclusão social, as mudanças neoliberais, a soberania nacional, o desenvolvimento econômico, etc. Surgiram num contexto de tentativa de erradicação da coca nas áreas de Cochabamba e La Paz (principais produtores) e privatização de empresas públicas.

A Guerra da Água aconteceu no ano 2000 quando a empresa americana Bechtel recebeu a concessão para o fornecimento de água na região de Cochabamba; as tarifas de fornecimento aumentaram 300% e a empresa passou a proibir a captação das águas pluviais, causando uma enorme insatisfação, levando a população às ruas em protestos que acabaram por fazer o governo voltar atrás. Em 2005 aconteceu um novo episódio da Guerra da Água, desta vez contra a privatização do

fornecimento de água na área de La Paz e El Alto (cidade vizinha) que colocou este serviço nas mãos da empresa francesa Suez-Lyonnaise des Eaux; o movimento teve êxito em seu objetivo.

A Guerra do Gás foi uma série lutas em torno do projeto de exportação de gás natural ao México e à Califórnia por meio dos portos do Chile. Os movimentos sociais entendiam esse projeto como algo que ia contra os interesses nacionais. Além disso, esse gás utilizaria portos chilenos para chegar até seus destinos, beneficiando o Chile (inimigo boliviano desde a Guerra do Pacífico quando o Chile tomou a saída para o mar da Bolívia) que lucraria com essa exportação. Os movimentos sociais passaram então a organizar marchas contra o governo, causando confrontos entre manifestantes e forças governamentais, criando uma insatisfação ainda maior, até que o Presidente Gonzales Sánches de Lozada renunciou.

A partir dessas ações populares, surgiu o partido Movimento ao Socialismo (MAS) o qual o atual Presidente Evo Morales Ayma ajudou a fundar. Esse partido ganhou projeção como força política nacional durante esse período, tendo como base o movimento indígena urbano, rural e cocalero. O MAS veio a ser o protagonista das lutas eleitorais destes últimos anos, na medida em que representou o pensamento indígena e indigenista que outros partidos não representavam; ele possuía o apoio dos setores populares perdido pelo MNR e por outros de corrente katarista.

Em 2005, o MAS consegue eleger Evo Morales à presidência da Bolívia com pouco mais de 50% dos votos, o que se caracterizou como um marco histórico, visto que Evo é o primeiro presidente indígena da Bolívia, essa vitória adveio do posicionamento menos radical por parte de Morales que entendia a necessidade de conseguir a adesão das classes médias ao projeto nacional pensado pelo MAS.

A nova Constituição boliviana

Criada em meio às lutas sociais desse início de século, baseada num pensamento de inclusão social dos povos indígenas, pluriculturalismo e plurinacionalismo; a nova Constituição boliviana é fruto de pensamentos e ações de indígenas e suas comunidades, na luta pela igualdade de direitos e por reconhecimento de sua cultura pelo Estado e pela sociedade branca e mestiça.

Em 2006, com a posse de Evo Morales, o MAS começa a implementar suas políticas de governo apoiado por vários organismos sociais, principalmente indígenas como a Confederação Indígena do Oriente Boliviano (Cidob). Três pontos se destacam do programa de governo de Morales, são eles: 1 – A nacionalização dos hidrocarbonetos. 2 – A formulação de uma nova Constituição. 3 – A descentralização política para que os povos indígenas, os governos locais e regionais tenham poder de decisão político-financeira e de gestão.

A nacionalização dos hidrocarbonetos foi feita logo nos primeiros 90 dias de governo, afetando diversas empresas multinacionais como a Petrobrás, maior investidora na produção de gás na Bolívia. Já a descentralização política ocorreu a partir da promulgação da nova Constituição, visto que em seu texto, ela possui alguns capítulos que tratam dessa questão. Pode-se citar exemplos de artigos constitucionais:

Artículo 2. Dada la existencia precolonial de las naciones y pueblos indígena originario campesinos y su dominio ancestral sobre sus territorios, se garantiza su libre determinación en el marco de la unidad del Estado, que consiste en su derecho a la autonomía, al autogobierno, a su cultura, al reconocimiento de sus instituciones y a la consolidación de sus entidades territoriales, conforme a esta Constitución y la ley.

Artículo 272. La autonomía implica la elección directa de sus autoridades por las ciudadanas y los ciudadanos, la administración de sus recursos económicos, y el ejercicio de las facultades legislativa, reglamentaria, fiscalizadora y ejecutiva, por sus órganos del gobierno autónomo en el ámbito de su jurisdicción y competencias y atribuciones.

Esses dois artigos já nos introduzem nas questões constitucionais sobre as autonomias indígenas, municipais, departamentais e regionais.

A Constituição, sendo um tratado da organização estatal e social, deixa clara a intenção de criar uma nacionalidade a partir da existência de diversos povos, de diversas culturas, na medida em que a nação boliviana é construída através da própria diversidade. Porém, fica evidente o protagonismo dos indígenas e movimentos sociais quando se trata de exaltar as ações que formaram e mantiveram a Bolívia e que levaram à formação desse novo Estado apresentado pela carta.

El pueblo boliviano, de composición plural, desde la profundidad de la historia, inspirado en las luchas del pasado, en la sublevación indígena anticolonial, en la independencia, en las luchas populares de liberación, en las marchas indígenas, sociales y sindicales, en las guerras del agua y de octubre, en las luchas por la tierra y territorio, y con la memoria de nuestros mártires, construimos un nuevo Estado. (Preâmbulo da Constituição)

Aqui podemos perceber que ao mesmo tempo em que se diz que o povo boliviano é de composição plural, se exalta a formação de um novo Estado através de lutas em que os povos indígenas estiveram enquanto protagonistas, “(...) en las marchas indígenas, sociales y sindicales, en las guerras del agua y de octubre, en las luchas por la tierra y territorio(...)”, na verdade, essa afirmação corrobora com a proeminência dos movimentos indígenas neste novo cenário político.

A “questão indígena” finalmente chega ao texto constituinte de forma contundente. Agora, a própria organização do Estado se vê obrigada a reconhecer a autonomia dos povos, a sua cultura, estendendo essa autonomia mesmo para as regiões e comunidades não-índias de forma a manter a equidade entre os povos.

O texto constitucional, por ser fruto de embates políticos, acaba sendo uma mediação das posições políticas defendidas pelos grupos hegemônicos, de forma que o que vemos é uma mistura de interesses dos diversos grupos refletidos na plurinacionalidade que constitui a forma estatal encontrada para abarcar os diversos pensamentos, assim como as autonomias.

La diversidad cultural constituye la base esencial del Estado Plurinacional Comunitario. La interculturalidad es el instrumento para la cohesión y la convivencia armónica y equilibrada entre todos los pueblos y naciones. La interculturalidad tendrá lugar con respeto a las diferencias y en igualdad de condiciones. (Artigo 98, inciso I)

Mesmo sofrendo com o posicionamento contrário da oposição à aprovação do texto Constitucional ainda no âmbito da Assembléia Constituinte, um acordo entre os partidários de Morales

e os parlamentares da oposição alterou mais de 100 artigos para que a Constituição finalmente pudesse ser levada a referendo popular, que a aprovou com pouco mais de 60% de votos sim. Esse novo texto não contempla os verdadeiros interesses das elites bolivianas ligadas ao capital internacional, mas aponta para uma melhor condição para a maioria da população que até então estava excluída.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este apanhado geral pudemos ter a noção das mudanças ocorridas durante o século XX que acabaram por trazer para o debate primeiro da política nacional boliviana a questão do plurinacionalismo, que veio da luta para inclusão dos povos indígenas na sociedade e na política do país. O plurinacionalismo nasce como uma alternativa que consegue manter a unidade territorial reconhecendo as particularidades étnicas e culturais.

Pode-se perceber que nem o discurso radical da esquerda, da direita ou dos indígenas manteve-se como hegemônico no cenário atual, isso porque durante o século passado as forças sociais tiveram que encontrar um meio termo entre os discursos para que a unidade territorial se mantivesse sem manter a antiga estrutura excludente mantida desde a colônia. Nesse caso, o Estado-nação, rejeitado pela maioria pobre da população por não dar conta da realidade social do país, e por não conseguir realmente criar a noção de nacionalidade boliviana saindo do campo meramente territorial, acabou cedendo espaço para o Estado Plurinacional; aquele em que as nações indígenas são reconhecidas oficialmente, mantendo a coesão Estatal e territorial, porém, levando em consideração a cultura, as leis, o território, das diversas nações que compõem o Estado da Bolívia.

O Estado plurinacional surge da necessidade de agrupar pessoas e populações de vivência e formação distintas, segundo Álvaro García Linera, atual vice-presidente da Bolívia:

No es una impertinencia teórica ni un capricho intelectual, sino que tiene que ver con la historia real de lo que somos, cómo unir a un mestizo con un aymara, con un quechua, con un guaraní, con un mojeño, etc.; cómo los unimos, si provienen de matrices culturales distintas. La idea de Estado Plurinacional es la solución virtuosa de esta articulación de historia, de vida, de idioma, de culturas, que nunca antes estuvieron en el ámbito del núcleo del poder porque, hacia atrás, quien tomaba el poder era un núcleo homogéneo, incluso vinculado familiarmente, los hijos se casan con los hijos de otra familia, etc., y así armaban roscas, la idea de la rosca en Bolivia se mantuvo hasta el año 2005, no fue algo que desapareció.¹²

Dentro do Estado, a reforma da Constituição foi um passo decisivo para a consolidação dessa mudança. Por ser um tema central, a reforma da Constituição foi polemizada no Congresso boliviano, e sofreu com a oposição das elites que tentavam impedir a mudança. Mesmo assim foi convocada uma Assembléia Constituinte, demonstrando a força do movimento indígena no atual cenário e o apoio com que pode contar.

Por fim, o caminho que a Bolívia e os movimentos sociais, principalmente o indígena, ainda é árduo, visto que as mesmas forças golpistas que rondaram o século XX na luta por impedir quaisquer mudanças sociais, ainda estão vivas e podem acabar armadas contra o Estado plurinacional, seja ele governado por Evo Morales ou não. Para consolidação dessa nova forma estatal, o governo precisará mostrar a viabilidade dele, com crescimento econômico, inclusão social, distribuição de renda, etc. Aí

está a grande contradição desse modelo, pois tenta criar uma sociedade de iguais construindo-a sobre as bases do capitalismo.

Notas

1 PERICÁS, Luiz Bernardo. Processo e desenvolvimento da revolução boliviana. *Lutas Sociais*, n. 3, 1998. p. 113.

2 TEIXEIRA, Rita de Cássia Martins. Identidades indígenas nos movimentos sociais populares e urbanos da Bolívia. 2009. 137 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília. Brasília, 2009. p. 32.

3 COSTA NETO, C., 2005, p.95, apud VIANNA, Marcus Vinicius Martins. A revolução boliviana nas páginas de Porto Alegre: uma análise dos noticiários do *Correio do Povo* e *Diário de Notícias* sobre o processo político boliviano (1951-1953). 2008. 44 f. Monografia (Bacharelado em História) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2008. p. 18.

4 ANDRADE, Evaldo de Oliveira. A revolução boliviana. São Paulo: Editora UNESP, 2007. p. 73.

5 Idem, p.19.

6 ARANDA, Andrés Silva. A questão indígena no cenário político boliviano. In. *Reunião de Estudos: Ascensão de Movimentos Indigenistas na América do Sul e possíveis Reflexos para o Brasil* (Brasília, 2004). Brasília: Gabinete de Segurança Institucional; Secretaria de Acompanhamento e Estudos Institucionais, 2004. p. 73.

7 Não cremos na prédica daqueles partidos que, dizendo-se de esquerda não chegam a admitir ao camponês como gestor de seu próprio destino. Uma organização política para que seja instrumento de liberdade dos camponeses terá que ser criada, dirigida e sustentada por nós mesmos. Nossas organizações políticas deverão responder aos nossos valores e aos nossos próprios interesses. *Manifesto de Tiahuanaco*, 1973.

8 ARANDA, 2003, p. 28, apud, ARANDA, 2004, p. 79-80. Já citado.

9 Idem, 2004, p. 89.

10 Ibidem, p. 90.

11 Ibidem, p. 98.

12 Não é uma impertinência teórica nem um capricho intelectual, mas que tem a ver com a história real do que somos, como unir um mestiço com um aimará, com um quéchua, com um guarani, com um mojeño, etc.; como nos unirmos, se provemos de matrizes culturais distintas. A idéia de Estado Plurinacional é a solução virtuosa desta articulação de história, de vida, de idioma, de culturas, que nunca antes estiveram no âmbito do núcleo do poder porque, a pouco, quem tomava o poder era um núcleo homogêneo, inclusive vinculado familiarmente, os filhos se casam com os filhos de outra família, etc., e assim armavam “roscas”, a idéia de “rosca” na Bolívia se manteve até o ano de 2005, não foi algo que desapareceu. LINERA, Álvaro Garcia. *Discursos y ponencias del Vicepresidente del estado plurinacional de Bolívia: El Estado Plurinacional*. La Paz: Vicepresidencia del Estado plurinacional, 2009. p. 12.

